



Os representantes dos Procons também querem a saída do ministro Roberto Santos

Só Constituinte salva consumidor

A inexistência de uma política sanitária no País e a fraca atuação do ministro da Saúde, Roberto Santos, foram os assuntos que predominaram ontem durante o terceiro painel do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor. No final da manhã conferencistas, debatedores e participantes da plenária foram juntos ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedir a garantia dos direitos do consumidor na Constituinte através de um extenso abaixo-assinado contendo 38 mil 696 assinaturas, recolhidas em todo o Brasil.

O documento entregue a Ulysses Guimarães pede que a Assembleia Nacional Constituinte assegure os direitos dos cidadãos ao consumo, escolha, informação, a ser ouvido, indenizado, educado para o consumo e tenha um meio ambiente saudável. Ao deputado também foi entregue um documento, feito às pressas, reivindicando uma ampliação da política de melhoria da qualidade dos produtos oferecidos ao consumo, apoio ao movimento de defesa do consumidor, ampla liberdade de informação à população sobre aquilo que se vai consumir e a demissão do ministro da Saúde.

Desde o primeiro dia do Encontro, no saguão central dos auditórios do Centro de Convenções (onde se realiza o evento), estão expostas faixas contra a atuação do ministro Roberto Santos frente à pasta da Saúde. Uma delas pede que o ministro seja trocado uma por uma política de saúde mais justa e eficiente.

No documento elaborado rapidamente durante o painel de ontem, que tratou da Normatização e Controle da Qualidade de Bens e Produtos, é lembrada a posição do ministro Roberto Santos ao liberar os sucos de frutas contaminados, "pondo por terra a confiança que as entidades de defesa do consumidor e a população em geral vinham depositando na ação governamental".

Diz ainda: "O precedente aberto em que a autoridade máxima da saúde brasileira é permeável a pressões de interesses empresariais e caso tal autoridade continue gozando do prestígio de ser um ministro de Estado, demonstra que aqueles compromissos de dois anos atrás foram abandonados e o povo começa novamente a ser enganado".

A campanha desencadeada pelos funcionários daquela autarquia começa a ganhar muitos adeptos que agora exigem uma posição dos partidos

políticos. Presente ao Encontro, Luis Felipe Moreira Lima, ex-secretário de Vigilância Sanitária — demitido por ter se manifestado contra a liberação dos sucos de frutas com excesso de dióxido de enxofre — explicou aos presentes as reais razões de seu afastamento e foi plenamente apoiado pela posição assumida.

Segundo Luis Felipe, existem hoje 150 laudos laboratoriais comprovando a contaminação dos sucos e um processo judiciário aberto que pouco influenciou na decisão de Roberto Santos em liberar o produto à venda. "O que existe é a hesitação do executivo em assumir o comando de determinadas mudanças e resoluções de problemas que precisam de rapidez. Alguns avanços nos últimos dois anos foram possíveis devido ao entusiasmo da equipe técnica" esclareceu.

Antonio Osvaldo Coutinho, também presente ao Encontro, convidado como debatedor, falou como ex-diretor da Divisão Nacional de Alimentos (Dinal), já que sua exoneração foi publicada no Diário Oficial do dia 21. Para ele, não há uma guerra desencadeada às empresas, mas um rigor maior que as normas e leis de controle de qualidade sejam cumpridas.

Deputado quer a saúde estatal

A Normatização e Controle da Qualidade de Bens e Produtos foi o polêmico tema da manhã de ontem do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, que devido aos intensos debates acabou por provocar a transferência para hoje do segundo painel do dia: a educação do consumidor. Foram convidados para falar sobre o tema o deputado Carlos Borges da Silveira (PMDB/PR), Maria Deise Horta, diretora do Centro de Assistência Judiciária Gratuita do DF, Osvaldo Coutinho, ex-diretor do Dinal, e Massao Ito, presidente do Inmetro.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo deputado Ralph de Biase (PMDB/SE), que logo passou a palavra para seu colega Carlos Borges, presidente do Parlamento Brasil de Saúde (órgão suprapartidário). Um apaixonado pelo tema saúde, Borges começou sua palestra mostrando o dramático quadro deste setor no País. "Hoje temos mais de 1 mil municípios sem médicos, o maior índice de mortalidade infantil e uma série de outros problemas, além das doenças da fome, de mortalidade infantil e uma série de outros problemas, além das doenças da fome, subnutrição, dos agrotóxicos e medicamentos incorretos", define.

Para o deputado, também médico, o País precisa com urgência de uma nova legislação no controle de qualidade e que seja realmente seguida, não permitindo a sobreposição de interesses comerciais sobre "o que o homem tem de mais precioso: a sua saúde". Borges é plenamente a favor de medidas como a formação de um sistema único de saúde, o controle do Estado sobre esse sistema, a garantia da disponibilidade e uso de insumos e equipamentos de boa qualidade, equidade no acesso aos serviços de saúde e participação da sociedade nos processos de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Saúde.



Orlando Alarcon

Mas antes disso é preciso elaborar uma legislação simples e eficiente, oposta a que está em vigor hoje, "tão complexa que nem mesmo os especialistas a conhecem", confirma Maria Deise, do Centro de Assistência Judiciária Gratuita do DF. Perante ao atual quadro, resta ao consumidor acompanhar preços. "É indispensável que a lei seja clara na defesa dos direitos do consumidor", afirma.

Maria Deise sugere que, assim como na Espanha, seja feita uma lista de produtos prejudiciais à saúde para que o Governo possa agir de forma mais enérgica além das simples aplicações de multas.

Já Osvaldo Coutinho, ex-diretor de Divisão de Alimentos do Ministério da Saúde (Dinal), defende maior autonomia aos municípios. "Gerar competência mais próxima da população é uma forma de melhorar o controle sanitário", diz. Em Brasília esta autonomia é suficiente, garante Waldir Barnabé, diretor do Departamento de Fiscalização da Saúde. Tanto que ele sozinho vem mantendo a interdição dos sucos de frutas contaminados e avisa que irá inutilizar milhares de litros nos



Barnabé: Cumpro a lei

próximos dias. "Estou seguindo a lei", justifica.

Nos dois últimos anos houve um certo avanço na normatização e controle de qualidade, conforme esclareceu Coutinho. Neste espaço de tempo não entrou no mercado nenhum novo tipo de aditivo, por exemplo, pois a Dinal só libera novas remessas se forem comprovadas sua necessidade e absoluta segurança ao organismo.

No Distrito Federal a vigilância se dá em nível de comércio, pela inexistência de fábricas. De acordo com Waldir Barnabé, faltam apenas técnicos, pessoal de apoio e condições materiais para melhorar os resultados do trabalho da Saúde Pública. "Esta é uma área que não gera lucros, somente despesas e requer investimentos quase que mensais, principalmente depois do Plano Cruzado quando a população ficou mais exigente", explica.

No início do ano passado o Departamento de Fiscalização da Saúde em Brasília tinha 179 funcionários. Hoje este número não chega a 120 pois os baixos salários afugentam a mão-de-obra qualificada.